

Economizando

Por João Mosca

Depois de 1 de Setembro, que soluções?

Este artigo apresenta alguns elementos de reflexão sobre eventuais medidas económicas de médio prazo. É opinião quase consensual que as medidas imediatas da governação e a serem revistas em finais de 2010 não são incorrectas. As dúvidas são principalmente quatro:

- Qual o montante e de onde vêm os recursos para valores tão elevados a subsidiar.
- Se haverá entendimento entre governo e agentes económicos (parece estar difícil).
- Quais os mecanismos de transferência de recursos.
- Como se fará a monitorização da implementação. As opções de decisão administrativa de preços e de fiscalização não resultam.

Antes de expor breves ideias sobre as medidas a médio prazo (até 5 anos), refere-se o seguinte:

- Os economistas, como em qualquer ciência, geralmente erram ou não são exactos nas previsões.
- Difícilmente existe consenso sobre as medidas de médio e longo prazo, porque: (1) a ciência positiva está sempre influenciada por normativismos (ideologias, politização de medidas económicas, secundarização da economia nas decisões, interesses de grupos, etc.); (2) existem variáveis políticas, sociais, da natureza e outros não imprevisíveis e que alteram qualquer exercício de simulação por mais consistente e complexo que seja.
- Todas as medidas macroeconómicas produzem sempre efeitos de sinal contrário (positivos e negativos) a curto, médio e longo prazo. No tempo, os efeitos positivos de curto prazo podem-se transformar em negativos e vice-versa. Para minimizar os efeitos negativos a médio e longo prazo, existe o princípio teórico de se tomarem tantas medidas quanto os objectivos e exige-se uma apertada monitorização da evolução da conjuntura a fim de se introduzirem medidas adicionais ou correctivas em função do comportamento da economia e da sociedade.
- As medidas anti crise comportam sempre custos sociais. É necessário, que as medidas prevejam quais serão esses custos, quais os grupos sociais que mais pagarão essa factura e que medidas são necessárias para as atenuar de forma a manter a estabilidade social e política.
- É importante saber qual o ritmo e profundidade das medidas. As experiências de ajustamento com alterações rápidas e em grande amplitude dos instrumentos de gestão macroeconómica (taxa de juros e de câmbio, oferta monetária, fiscalidade, entre outras), tem vantagens e custos. Os ajustamentos lentos e suaves possuem também os prós e contras. Existe um amplo debate teórico sobre o assunto.

- É imprescindível conhecer acerca das capacidades institucionais e dos agentes económicos para a execução das medidas. São necessárias mudanças legislativas ou novas leis, alterar procedimentos administrativos, mudar regras de funcionamento, etc.
- Finalmente é necessário saber se existem recursos para a implementação das medidas e caso contrário, quais as fontes de financiamento. Não se podem tomar decisões se considerarem restrições de recursos.

O que 1 de Setembro e quais podem ser os objectivos imediatos da política económica? A médio prazo parece sensato procurar-se atenuar as causas e os motivos das manifestações. Em resumo foram: instabilidade macroeconómica (derrapagem do metical) e aumento dos preços de bens e serviços de primeira necessidade e os principais actores foram os mais pobres dos pobres (desempregados cidadãos).

Consequentemente sugerem-se políticas por objectivos, principalmente as seguintes:

- Estabilização macroeconómica, principalmente a inversão da inflação para níveis tão baixos quanto possível, principalmente através de:
 - Redução do défice público com medidas radicais do lado das despesas (gastos não essenciais, cortes nos salários elevados, ajudas de custo, viagens, benesses de dirigentes, etc.), aumento das receitas através de maior eficiência da máquina fiscal e combate à fuga ao fisco, evitando-se o aumento da carga fiscal pelos efeitos negativos sobre as empresas e os empregados. Com resultados a médio prazo, é necessário começar desde já com a reestruturação do aparelho de Estado, modernizá-lo, qualificá-lo em recursos humanos competentes e efectivar a descentralização e desconcentração com maior alocação de recursos humanos e financeiros nos distritos (80% do orçamento do Estado localiza-se em Maputo).
 - Aumento das taxas de juro colocando-as um pouco acima da inflação e maior cuidado na concessão de créditos dentro de limites de oferta monetária que façam retrair a inflação. Direcção o crédito para as actividades concordantes com os objectivos de médio prazo.
 - Não aumentar salários nominais sem correspondência com a produtividade, excepto para os escalões mais baixos.
 - Políticas sociais e para a redução do desemprego:
 - Medidas que gerem emprego em pequenas e micro iniciativas empresariais com créditos bonificados, investimentos públicos, redução de procedimentos para a constituição de micro empresas, etc.

- Reforçar a prestação de serviço nas cidades, eventualmente subsidiados e desde que beneficiem os mais pobres (mais e melhor saúde, educação e transportes).

β Melhorar a eficiência nas cadeias de valor da energia e da água de modo a evitar aumentos dos preços aos pequenos consumidores nos subúrbios.

- Políticas de aumento da produção de bens alimentares, concentrando os recursos, incentivos e as acções públicas nas zonas agroecológicas de maior potencial produtivo, com experiência produtiva, acesso aos mercados e tecido produtivo mais desenvolvido, evitando a repartição politizada dos recursos. Para o aumento da produção alimentar são necessárias serviços direccionados aos pequenos produtores (são os que produzem mais de 90% destes produtos) localizados nessas zonas, como a comercialização, venda de insumos, micro finanças, extensão rural, capacitação das instituições locais, etc. Paralelamente, é fundamental reforçar a investigação socio-económica do meio rural e da produção alimentar e, sobretudo, assegurar a transferência de tecnologia e do conhecimento já existente.

Podem-se esperar a médio prazo por um aumento do excesso da procura devido à baixa elasticidade da produção comparativamente com o comportamento da demanda. É cauteloso equacionar maiores importações de bens alimentares essenciais para fazer baixar os preços desses bens, mesmo que em prejuízo das importações de outros bens não essenciais através de sobrecargas aduaneiras e fiscais.

Por outro lado, sugere-se que se evite a excessiva administrativização nas decisões económicas, ter cuidado com a fiscalização/policimento dos preços pelas possíveis distorções dos mercados e comportamentos não económicos dos empresários.

Finalmente e não menos importante, é fundamental moralizar a política através do combate sério contra a corrupção, medidas drásticas contra a promiscuidade entre política e negócios, despartidarizar o Estado e recuperar os melhores técnicos moçambicanos colocando-os nos centros de decisão e execução das políticas públicas. O mérito, a competência avaliada, o desempenho e o profissionalismo são os critérios básicos para a valorização nas organizações.

Conforme referido no início, estas são apenas algumas ideias, mas possivelmente essenciais no quadro de pacotes mais amplos de medidas anti crise. Podem não ser consensuais e seguramente que não são as mais indicadas em economias estabilizadas. De qualquer forma, estas ou outras medidas profundas são necessárias. Terá o governo coragem de as tomar? Se sim, será parte da solução. Caso contrário, teremos um governo que faz parte do problema. Esta pergunta final surge porque o que foi sugerido ou outras medidas anti crise, não são na sua maioria concordantes com a política económica praticada até ao momento.

PS: Este é o último artigo da coluna Economizando. A decisão foi tomada há cerca de dois meses com informação ao SAVANA. O autor pensa ter terminado um ciclo. Foi um exercício de cidadania desinteressado e totalmente independente. Outras formas de cidadania são e continuarão sendo praticadas pelo autor. Ficou prometido regressar nos princípios de 2011, eventualmente com uma coluna com um conceito diferente. Até lá, ocasionalmente, pode acontecer a publicação de algum artigo. Os meus agradecimentos aos leitores e ao SAVANA. Igualmente aos que por qualquer motivo não apreciaram o Economizando ou algum dos textos publicados.

SACO AZUL Luis Guevano

“Primeiro de Setembro de 2010: passe a mensagem, p.f.”

No dia anterior havia recebido uma série de mensagens que no final diziam “passe a mensagem para os outros”. O ponto fundamental era o anúncio de uma greve motivada pela subida de preços dos produtos julgados básicos.

Logo às primeiras horas da manhã vi-me envolvido na minha rotina diária. Esta porém, foi de imediato quebrada quando alguém ligou a alertar-me que, de facto, as manifestações populares já estavam em curso.

Percebi rapidamente qual o poder do telemóvel. Praticamente uma arma ou tecnologia ao serviço da democracia. Será que havia ligação alguma entre o telemóvel, as idades dos envolvidos (entre cerca de dezoito e os trinta e cinco anos) e o exercício da democracia? E onde andavam os mais velhos? Onde estavam os quarentões, os cinquentões, etc? Este padrão não fugiu praticamente aos anteriores acontecimentos – os do “cinco de Fevereiro”. Por que razão voltou a repetir-se? E, para completar o mesmo quadro, a “táctica” não mudou: barricadas pelas ruas e avenidas, pneus queimados, um “foge” e “volta” dos manifestantes, a polícia preocupada em reactivar a ordem pública de um lado para o outro com os seus “bang”-“bang”, etc. Mas, a isto tudo juntou-se algo mais interessante: o(s) rosto(s) do(s) protagonista(s).

Pelos canais radiofónicos e televisivos os convidados esgrimiram as suas opiniões. Muitos deles preocupados, por um lado, em penalizar a “OTM” (organização “cesta básica”) e, por outro, pelo facto de não existir(em), o(s) rosto(s). Este ou estes seriam o interlocutor válido para poder-se passar à fase de negociação. Mas, a resposta estava permanentemente no próprio movimento de manifestações. O “rosto” eram aqueles rostos, minuto a minuto, chamados de vândalos para acomodar os excessos que cometiam. Arruaceiros. Manifestantes. Até grevistas! Tentava-se procurar o nome mais feio possível como se isso retirasse

legitimidade àquele acontecimento. O “rosto” eram todos aqueles que directa e/ou indirectamente tomavam parte no movimento. Aqueles que, provavelmente, como no “cinco de Fevereiro”, perceberam como negociar com um governo que conhecem. O ponto de negociação estava lançado e o governo percebeu. A quem cabe negociar, atrair cada vez mais investimento interno e externo, insistir com políticas válidas e que promovam, de facto, o desenvolvimento? Nisto tudo, quem espera por quem para que os preços da água, luz e energia, entre outros, não subam? Sim, o governo percebeu!

Os ditos arruaceiros ou vândalos, isto é, os manifestantes (maioritariamente seiva da Nação) conseguiram negociar, à sua maneira. Saimos todos beliscados. Era evitável a avaliar pelos passos que o governo tem dado ultimamente.

O que acontecerá quando os preços dos produtos básicos começarem a “descongelar”? O futuro dirá, ainda que seja previsível. Ou melhor, far-se-ão mais contenções nos custos de energia, água, alimentação, transportes, etc. Será? Ou os níveis de produção e produtividade resolverão o problema? A ver vamos!

Morreram moçambicanos! Oxalá, os demais saibam valorizar a contribuição destes na luta pelo desenvolvimento do País, saibam agir de modo a que “Cahora Bassa”, em termos de significado real, seja efectivamente nossa! É “Cahora-Bassa”, é o gás, são as areias pesadas, é o enorme espaço agrícola, provavelmente o petróleo, etc. Basta ter “cabeça” e “olhos”!

Cá entre nós: a participação de Moçambique na Cimeira da ONU poderá trazer uma nova abordagem de desenvolvimento ao País, isto é, poderão vir a ser criadas novas estratégias de redução da pobreza, da fome, da mortalidade materna e infantil, da doença, da resolução do problema da habitação, da problemática do género e da degradação ambiental. Passe a mensagem, por favor.

Tanglomanglo Fernando Manuel

27 filhos, cada filho com a sua mãe

Quando eu nasci disseram assim à minha mãe: este filho não vai sobreviver. A minha mãe tinha tido três rapazes antes de mim. Assim sendo a sequência, nasceu a mana Catarina, depois a Isabel, a Ermelinda.

Eis pois que estou vivo. Tenho 58 anos, 27 filhos, cada filho com a sua mãe. Não sou robusto, mas sobrevivo. Bebo Tentação todos os dias e as pessoas admiram-se: Fernando Manuel, como é que você consegue? Eu digo tomo banho, não utilizo perfume, como todos os dias e mudo de roupa. Evito fazer amor, porque isso prejudica muito. Meu pai já me dizia: Fernando evita as mulheres porque elas fazem mal.

Tal como nasci, disseram à minha mãe que era uma pessoa para ser morta. Deram-me o nome de Madocca.

Eis pois que estou vivo. Tem graça. Vou a caminho dos 60 anos,

tenho 27 filhos, cada filho com a sua mãe.

Eu sou o símbolo da Unidade Nacional. Tenho filhos em Montepuez, Mafalala, Ulônguê, Catandica, Marrupa, Moatize, Funhalouro, Massangana, Buzi, Murrupula, Angoche, Ile, Catuane, Maxixe, Beulene.

E depois. E se eu tivesse nascido em Lisboa.

Vão todos a P...

Eu nasci na Maxixe.

Fiz circuncisão aos sete anos.

Meu pai tinha alambique e obrigou-me a beber aguardente de caju a partir dos sete anos.

Eu não sou bêbado.

Eu nasci dentro de um alambique, razão pela qual não tenho problemas de estômago, nem de trombose, nem de arteriosclerose. A única coisa de que sofri foi de hemorroides e aprendi que em chinês diz-se Ku Chai Xang.

Olha-lá, eu amo-te!